

A QUESTÃO SOCIAL

Octávio Ianni

Nas épocas de crise, a questão social se torna mais evidente, como desafio e urgência. Os mais diversos setores da sociedade passam a interessar-se pelo desenvolvimento social, o descompasso entre as conquistas sociais e as econômicas, as tensões sociais no campo e cidade, os riscos de explosão do descontentamento popular, as lutas pela conquista de direitos, a construção de uma sociedade mais justa, o pacto social. Os movimentos sociais, sindicatos, partidos, correntes de opinião pública e setores governamentais mostram-se preocupados com os rumos da questão social. Variam as denominações e os aspectos mais ou menos urgentes para uns e outros, mas todos se põem a questão.

A questão social tem sido objeto de interpretações divergentes. A despeito de alguns pontos comuns, no diagnóstico ou na explicação, às vezes são mesmo opostas. Uma interpretação considera essa questão como algo disfuncional, anacrônico, retrasado, em face do que é a modernização alcançada em outras esferas da sociedade, como na economia e organização do poder estatal. Falam em arcaico e moderno, dualismos, dois brasis. Outros encaram as suas manifestações como ameaça à ordem social vigente, à harmonia entre o capital e o trabalho, à paz social. Falam em multidão, violência, caos, subversão. E há os que a focalizam como um produto e condição da sociedade de mercado, da ordem social burguesa. Falam em desigualdades, antagonismos e lutas sociais. Naturalmente podem apresentar-se outras interpretações. Mas essas oferecem uma idéia da importância do tema. Mostram como a questão social está na base dos movimentos da sociedade.

A questão social é um tema básico e permanente na sociedade brasileira. Influencia o pensamento e a prática de muitos. Em diferentes lugares procura-se conhecer, equacionar, controlar, resolver ou exorcizar suas condições ou efeitos. Acontece que há aspectos fundamentais das relações entre a sociedade e o Estado que passam por essa questão.

As Desigualdades Sociais

A história da sociedade brasileira está permeada de situações nas quais um ou mais aspectos importantes da questão social estão presentes. Durante um século de repúblicas, compreendendo a oligárquica, populista, militar e nova, essa questão se apresenta como um elo básico da problemática nacional, dos impasses dos regimes políticos ou dilemas dos governantes. Reflete disparidades econômicas, políticas e culturais, envolvendo classes sociais, grupos raciais e formações regionais. Sempre põe em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal.

Desde o declínio do regime de trabalho escravo, ela passou a ser um ingrediente cotidiano em diferentes lugares da sociedade nacional. A despeito das lutas sociais que envolve, e das medidas que se adotam em diversas ocasiões, para fazer face a ela, continua a desafiar os distintos setores da sociedade. Ao longo das várias repúblicas formadas desde a Abolição da Escravatura e o fim da Monarquia, a questão social passou a ser um elemento essencial das formas e movimentos da sociedade nacional. As várias modalidades do poder estatal, compreendendo autoritarismo e democracia, defrontam-se com ela. Está presente nas rupturas políticas ocorridas em 22, 30, 37, 45 e 64, para mencionar algumas. Dentre os impasses com os quais se defronta a Nova República iniciada em 1985, destaca-se também a relevância da questão social. As controvérsias sobre o pacto social, a toma de terras, a reforma agrária, as migrações internas, o problema indígena, o movimento negro, a liberdade sindical, o protesto popular, o saque ou a expropriação, a ocupação de habitações, a legalidade ou ilegalidade dos movimentos sociais, as revoltas populares e outros temas da realidade nacional, essas controvérsias sempre suscitam aspectos mais ou menos urgentes da questão.

É claro que durante a vigência do regime de trabalho escravo havia uma questão social. O escravo era expropriado no produto do seu trabalho e na sua pessoa. Sequer podia dispor de si. Era propriedade do outro, do senhor, que podia dispor dele como quisesse: declará-lo livre ou açoitá-lo até à morte. A contrapartida, na perspectiva do escravo, era o suicídio, a tocaia contra o senhor, membros da família deste e capatazes, rebelião na senzala, fuga, formação de quilombo, saque, expropriação. Não havia dúvidas sobre a situação relativa de um e outro, escravo e senhor, negro e branco. Não se abria qualquer possibilidade de negociação. A questão social estava posta de modo aberto, transparente.

Com a Abolição, a emergência do regime de trabalho livre e toda a seqüência de lutas por condições melhores de vida e trabalho, nessa altura da história coloca-se a questão social. As diversidades e os antagonismos sociais começam a ser enfrentados como situações suscetíveis de debate, controle, mudança, solução ou negociação. Ainda que na prática predominem as técnicas repressi-

vas, a violência do poder estatal e a privada, ainda assim o direito liberal adotado nas constituições e nos códigos supõe a possibilidade da negociação. E o protesto social, sob diversas formas, no campo e na cidade, sugere tanto a necessidade da reforma como a possibilidade da revolução.

Aos poucos, alguns setores dominantes e os governos são levados a reconhecer que a questão social é uma realidade. Ainda que utilizem outras denominações e preconizem a violência contra as reivindicações e os protestos, ainda assim começa-se a reconhecer que algo pode mudar, que alguma negociação pode haver, sem que o *status quo* seja abalado. Tanto assim que ao longo das décadas de 20 e 30 os governantes e setores dominantes começaram a admitir que a questão social poderia deixar de ser considerada um problema de polícia; e começar a ser tratada como um problema político.

Mas leva tempo a moderada alteração de atitudes, métodos, interpretações. Além disso, são freqüentes os retrocessos. Mesmo depois da década de 30, já nos anos do populismo e militarismo, vários aspectos da questão tornaram a ser considerados problemas de polícia. Aliás, nunca deixou de ocorrer a repressão contra diferentes manifestações sociais de setores populares, no campo e na cidade. Em certas conjunturas, os aparelhos repressivos, de dentro e fora das agências estatais, agem no sentido de anular ou intimidar movimentos, sindicatos e partidos, suas bases e lideranças.

A questão social continua a ser um desafio para a Nova República inaugurada em 1985. Os diagnósticos realizados indicam a gravidade da situação social brasileira herdada de muitos anos e décadas. Remetem a raízes que implicam o militarismo e o populismo. Enquanto a economia cresce e o poder estatal se fortalece, a massa dos trabalhadores padece.

Vejamos o que se diz em um documento governamental. Desde os anos 30 e mais ainda a partir dos anos 40 o poder público investiu largamente na expansão e diversificação da economia. Mobilizou recursos para transportes, geração e fornecimento de energia, comunicações, serviços de infra-estrutura urbana. "Investiu diretamente na produção de insumos considerados estratégicos para a produção do desenvolvimento industrial", como no caso da siderurgia e do petróleo, da mineração e dos transportes. Em geral, "através de empresas estatais ou de associações destas com o capital privado nacional e estrangeiro". Cresceram a urbanização, a industrialização e as exportações de manufaturados, além das exportações de matérias-primas e gêneros. "As dimensões da economia brasileira cresceram catorze vezes, entre 1940 e 1980". Tanto assim que "a economia brasileira hoje é industrializada, moderna, diversificada". E a renda *per capita* passa de 160 a 2.100 dólares. "Mas, a distribuição permaneceu marcadamente desigual. Das pessoas que recebiam renda, os 40% mais pobres detinham 9,7% da renda total, enquanto os 10% mais ricos detinham 47,9% — esse o problema da pobreza no Brasil. Mesmo após 45 anos de progresso e desenvolvimento acelerado, cerca de 50 milhões de brasileiros sofrem as dificuldades agudas da fome, desnutrição, falta de habitação condigna e de mínimas condições de saúde".¹

Em outra linguagem, alguns aspectos fundamentais da questão social são lembrados por Hélio Jaguaribe. "A sociedade brasileira se caracteriza pela

maior discrepância existente no mundo entre seus indicadores econômicos e seus indicadores sociais. Aqueles, situando o Brasil como a oitava potência econômica do mundo ocidental, se aproximam dos níveis dos países industrializados da Europa, enquanto os indicadores sociais se aproximam do nível dos países menos desenvolvidos do mundo afro-asiático".² Seriam duas sociedades superpostas, mescladas, mas diversas. "A característica fundamental da sociedade brasileira é seu profundo dualismo". A um lado "encontra-se uma moderna sociedade industrial, que já é a oitava economia do mundo ocidental e acusa um extraordinário dinamismo". No outro "encontra-se uma sociedade primitiva, vivendo em nível de subsistência, no mundo rural, ou em condições de miserável marginalidade urbana, ostentando padrões de pobreza e ignorância comparáveis aos das mais atrasadas sociedades afro-asiáticas".³

É curioso observar que essas análises não estabelecem uma relação evidente, mas incômoda: que a prosperidade do capital e a força do Estado estão enraizadas na exploração dos trabalhadores do campo e cidade. Precisamente as vítimas das "dificuldades agudas da fome, desnutrição, falta de habitação condigna e de mínimas condições de saúde".

Há processos estruturais que estão na base das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social. Dentre esses processos, alguns podem ser lembrados agora. O desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo, na cidade e no campo, provoca os mais diversos movimentos de trabalhadores, compreendendo indivíduos, famílias, grupos e amplos contingentes. As migrações internas atravessam os campos e as cidades, as regiões e as nações. Movimentam trabalhadores em busca de terra, trabalho, condições de vida, garantias, direitos. A industrialização e a urbanização expandem-se de modo contínuo, por fluxos e refluxos, ou surtos. Assim como ocorre a metropolização dos maiores centros urbano-industriais, também ocorre a abertura e reabertura das fronteiras. Os surtos de atividades agrícolas, pecuárias, extrativas, mineradoras e industriais, ao longo das várias repúblicas, assinalam os mais diversos movimentos de populações e negócios, de fatores econômicos ou forças produtivas. As crescentes diversidades sociais estão acompanhadas de crescentes desigualdades sociais. Criam-se e recriam-se as condições de mobilidade social horizontal e vertical, simultaneamente às desigualdades e aos antagonismos.

Esse o contexto em que o emprego, desemprego, subemprego e pauperismo tornam-se realidade cotidiana para muitos trabalhadores. As reivindicações, protestos e greves expressam algo desse contexto. Também os movimentos sociais, sindicatos e partidos revelam dimensões da complexidade crescente do jogo das forças sociais que se expandem com os desenvolvimentos extensivos e intensivos do capitalismo na cidade e no campo.

Sob essas condições, manifestam-se aspectos mais ou menos graves e urgentes da questão social. As lutas sociais polarizam-se em torno do acesso à terra, emprego, salário, condições de trabalho na fábrica e fazenda, garantias trabalhistas, saúde, habitação, educação, direitos políticos, cidadania.

Aos poucos, a história da sociedade parece movimentada por um vasto contingente de operários agrícolas e urbanos, camponeses, empregados e funcionários. São brancos, mulatos, negros, caboclos, índios, japoneses e outros. Con-

forme a época e o lugar, a questão social mescla aspectos raciais, regionais e culturais, juntamente com os econômicos e políticos. Isto é, o tecido da questão social mescla desigualdades e antagonismos de significação estrutural.

No curso dessa história, formam-se grupos e classes, sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos. Desenvolvem-se reivindicações, greves, protestos, revoltas. Simultaneamente, há uma luta aberta e surda pela cidadania. Um vasto processo histórico-social por meio do qual entra em curso a metamorfose da população de trabalhadores em povo de cidadãos.

Vista assim, em perspectiva histórica ampla, a sociedade em movimento se apresenta como uma vasta fábrica das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social. A prosperidade da economia e o fortalecimento do aparelho estatal parecem em descompasso com o desenvolvimento social. Isto é, a situação social de amplos contingentes de trabalhadores fabrica-se precisamente com os negócios, a reprodução do capital. As dificuldades agudas de fome e desnutrição, a falta de habitação condigna e as precárias condições gerais de saúde, são produtos e condições dos mesmos processos estruturais que criam a ilusão de que a economia brasileira é moderna; ou de que o Brasil já é a oitava potência econômica do mundo ocidental e cristão.

A Criminalização da Questão Social

A questão social apresenta diferentes aspectos econômicos, políticos e culturais. Uma vez envolve principalmente operários, outras camponeses. Aqui podem estar presentes os negros, lá os índios. Sem esquecer que em muitas vezes é o outro. As reivindicações, os protestos e as revoltas não se esgotam no nível da economia e política. Podem implicar aspectos culturais. No limite, as mais diferentes manifestações de trabalhadores da cidade e do campo, enquanto expressões da questão social, podem implicar tanto a reforma das reações e instituições sociais como na sua revolução.

A complexidade de problemática social é de tal ordem que suscita enfoques diferentes e contraditórios. A despeito das múltiplas e até mesmo contraditórias interpretações e denominações, é inegável que muitos são os que procuram equacioná-la. Uns dizem desemprego, subemprego, marginalidade, periferia, pobreza, miséria, menor abandonado, mortalidade infantil, desamparo, ignorância, analfabetismo, agitação, baderna, violência, caos, subversão. Também há os que falam em harmonizar trabalho e capital, conciliação de empregados e empregadores, paz social, pacto social. E os que dizem movimento social, pauperismo, greve, protesto, toma de terras, ocupação de habitação, saque, expropriação, revolta, revolução. Essas são algumas das expressões mais correntes no pensamento e prática de uns e outros: cientistas sociais, jornalistas, políticos, membros da tecnocracia pública e privada, civil e militar e outros. Apanham aspectos básicos das desigualdades sociais que atravessam a sociedade brasileira. Mas sempre repõem a questão social, como uma dimensão importante dos movimentos da sociedade nacional.

Vista em perspectiva histórica ampla, é possível constatar que a questão social recebe não só diferentes denominações como distintas explicações. A in-

fluência do evolucionismo, darwinismo social, arianismo, positivismo, catolicismo, liberalismo, neo liberalismo, estruturalismo, marxismo e outras correntes de idéias, revela-se nos termos em que alguns autores procuram descrever, explicar, resolver ou exorcizar as manifestações da questão social.

Lembremos alguns exemplos. Nina Rodrigues falava em coletividades anormais, referindo-se aos lavradores paupérrimos de Canudos. Oliveira Viana preconizava soluções autoritárias, compreendendo o estado forte, ao alegar que a sociedade civil era incapaz. E combinava autoritarismo e arianismo, europeização da população pelo incentivo à imigração, alegando limitações nos índios, negros e mestiços. Outros falavam em eugenia, massas deseducadas, mestiços doentios, desorganização social, patologia social, multidão, subversão. Muitos falavam e muitos falam, já que algumas dessas "explicações" continuam a ser valorizadas e, muitas vezes, fundamentam políticas de setores públicos e privados. Não é episódica, ao contrário é permanente, a convicção de setores dominantes e governantes, civis e militares, de que as manifestações operárias e camponesas ameaçam a ordem pública, a paz social, a segurança, a ordem estabelecida, ou "a lei e a ordem". Qualificam essas manifestações como problemas de polícia ou também militar. ⁴

Em geral, os setores sociais dominantes revelam uma séria dificuldade para se posicionarem em face das reivindicações econômicas, políticas e culturais dos grupos e classes subalternos. Muitas vezes reagem de forma extremamente intolerante, tanto em termos de repressão como de explicação. Essa inclinação é muito forte no presente, mas já se manifestava nítida no passado.

Tobias Barreto, em 1877, quando estava em curso o declínio da economia açucareira no Nordeste e já se tornava evidente o processo de extinção da escravatura, formulava juízos bastante negativos sobre o povo, o estado social da nação. "Entre nós, o que há de organizado é o Estado, não é a Nação; é o governo, é a administração, por seus altos funcionários na Corte, por seu sub-rogados nas províncias, por seus ínfimos caudatários nos municípios; — não é o povo, o qual permanece *amorfo* e dissolvido, sem outro liame entre si, a não ser a comunhão da língua, dos maus costumes e do servilismo. Os cidadãos não podem, ou melhor não querem combinar a sua ação. Nenhuma nobre aspiração os prende uns aos outros". ⁵ Essa é uma forma muito freqüente de pensar o povo, desde aquele passado. Não ocorre a esses intérpretes esclarecer como se alimenta a organização, eficácia ou nobreza do poder público, dos que mandam.

Depois, algumas décadas após a instalação do regime de trabalho livre, Gilberto Amado retoma o problema nos termos negativos que já se haviam instalado no pensamento e na prática de setores dominantes. "Hoje, na República, o estado social é o mesmo em todo o Brasil; é o mesmo que na monarquia. Povo propriamente não o temos. Sem contar a das cidades que não se pode dizer seja uma população culta, a população do Brasil politicamente não tem existência". Menciona pescadores, seringueiros, agregados, vaqueiros, operários rurais, matutos, jagunços, cangaceiros, fanáticos, capangas, pequenos artífices, considerando-os pouco produtivos, entregues "à sua própria miséria e alheamento do mundo". Fala dos muitos que viveriam "um desconforto voluntário, sem saúde, sem hábitos de trabalho". Uma população "dada às superstições das raças selva-

gens, inútil quase como força econômica, e tendo, na sua maioria, do Brasil, a idéia que nos deu Euclides da Cunha em *"Os Sertões"*.⁶

Muito tempo depois, praticamente um século após a Abolição da Escravatura, ainda ressoa no pensamento social brasileiro a suspeita de que a vítima é culpada. Há estudos em que a "miséria", a "pobreza" e a "ignorância" parecem estados de natureza, ou da responsabilidade do miserável, pobre, analfabeto. Não há empenho visível em revelar a trama das relações que produzem e reproduzem as desigualdades sociais.

Em vários estudos sobre aspectos da problemática social, subsiste a impressão de que os "indicadores sociais" não acompanham os "econômicos", devido à negligência ou incapacidade dos setores sociais "carentes", "marginais", "periféricos". A descrição "objetiva", ou "isenta", do pauperismo e das medidas para reduzi-lo, transmite a impressão de que "a sociedade primitiva", ou "subdesenvolvida", e a "moderna sociedade industrial" são "dois brasis", não só diversos mas estranhos entre si. Parecem justapostos, heterogêneos, apesar de mesclados, emaranhados.

Hélio Jaguaribe parte da constatação de que a sociedade brasileira está organizada e prejudicada pelo "dualismo social". De um lado está "uma moderna sociedade industrial, que já é a oitava economia do mundo ocidental". Do outro está "uma sociedade primitiva, vivendo em nível de subsistência, no mundo rural, ou em condições de miserável marginalidade urbana, ostentando padrões de pobreza e ignorância comparáveis aos das mais atrasadas sociedades afro-asiáticas". Estranhamente, no entanto, explica esse "dualismo" sem demorar-se nas suas reciprocidades. Sequer alude a que um é condição do outro. Apenas lembra uma origem desse estado social: viria do modo pelo qual se deu o término da "servidão". A rigor, esta parece ser a origem do segmento "primitivo" da sociedade nacional: "Não se levou em conta a necessidade de assistência especial, em matéria de educação e de outras facilidades, para incorporar os ex-escravos e suas famílias a condições aptas a lhes permitir o pleno desfrute da cidadania. A reprodução familiar da ignorância e da miséria manteve, assim, no curso das quatro gerações que nos separam da Abolição, o dualismo básico entre participantes e excluídos dos benefícios da civilização brasileira". Note-se que a partir daí inicia-se "a reprodução familiar da ignorância e da miséria". Pobreza, miséria e ignorância que estariam prejudicando as perspectivas do "Brasil 2.000", colocando a angustiada alternativa "Brasil: reforma ou caos". São milhões de pessoas que "não puderam ser absorvidas pelas atividades industriais", devido às migrações internas. São milhões vivendo em "elevadíssimo estado de ignorância". Assim, "a falta de qualificação da população economicamente ativa a reduz a níveis extremamente modestos de produtividade e, dado o imenso exército de reserva, aos irrisórios padrões de remuneração e de vida" constatados pelos "indicadores" sociais e econômicos que configura a "dualidade social" brasileira.⁷ Daí as medidas a serem adotadas por um "novo pacto social". Trata-se de "incorporar as grandes massas aos níveis superiores de vida, de capacitação e de participação. Ou, em outras palavras, visa-se erradicar a miséria, a superar as formas extremas do atraso e da pobreza e a incorporar a totalidade dos brasileiros no âmbito e aos benefícios de uma moderna sociedade industrial, regida por uma democracia social".⁸

Mas cabe lembrar que a economia e a sociedade, a produção e as condições de produção, o capital e o trabalho, a mercadoria e o lucro, o pauperismo e a propriedade privada capitalista, reproduzem-se reciprocamente. O pauperismo não se produz do nada, mas da pauperização. O desemprego e o subemprego são manifestações dos fluxos e refluxos dos ciclos dos negócios. A miséria, a pobreza e a ignorância, em geral, são ingredientes desses processos. O contingente de trabalhadores de reserva tem sido um elemento altamente conveniente para a empresa e a fazenda, no sentido de reduzir os custos da mão-de-obra para o comprador; além de facilitar a divisão da classe operária, enfraquecendo-a em seus sindicatos, partidos, movimentos sociais. É enganoso sugerir que os "dois" brasis pouco ou nada têm a ver um com o outro. A análise atenta das relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica permite demonstrar que os progressos da economia têm raízes na pauperização relativa — e às vezes absoluta — de trabalhadores da cidade e do campo. Isto é, os "participantes" e os "excluídos" estão atados por relações, processos e estruturas que os reiteram continuamente, em distintas formas, diferentes regiões; em geral por intermédio de instrumentos e técnicas controlados pelos que mandam, ou seja, uma parcela dos "participantes".

Diante de uma realidade social muito problemática, incômoda, às vezes explosiva, uma parte do pensamento social prefere "naturalizá-la", considerá-la como "fatalidade" ou apenas herança arcaica pretérita.

Dentre as explicações que "naturalizam" a questão social, vale a pena destacar duas. Não esgotam o assunto, mas dão uma idéia das metamorfoses que transfiguram as desigualdades sociais.

Uma tende a transformar as manifestações da questão social em problemas de assistência social. O sistema nacional de previdência e o serviço nacional de assistência social são as expressões mais evidentes dessa forma de "explicar" e "resolver" a questão social.

Outra explicação tende a transformar as manifestações da questão social em problemas de violência, caos. Daí a resposta óbvia: segurança e repressão. Toda manifestação de setores sociais subalternos na cidade e no campo, pode trazer o "germen" da subversão da ordem social vigente. A ideologia das forças policiais e militares, bem como de setores dominantes e de tecnocratas do poder público, está impregnada dessa "explicação".

Essas explicações, no entanto, não andam sempre separadas. Podem combinar-se. Muitas vezes o assistencialismo, a previdência, as medidas de segurança e a repressão operam em conjunto. Os mesmos interesses dominantes acionam diferentes técnicas sociais, em distintas situações, ou no mesmo lugar.

Simultaneamente, os setores dominantes e as agências do governo adotam medidas modernizantes. Criam e aperfeiçoam instituições, de modo a garantir o controle sobre o jogo das forças sociais; e a continuidade das políticas de crescimento, desenvolvimento, progresso ou modernização. Colocam-se em prática medidas destinadas a aperfeiçoar o *status quo*: reformar alguma coisa para que nada se transforme. Isto é, modernizar instituições para que grupos e classes permaneçam sob controle, não ponham em causa a "paz social", ou "a lei e a ordem".

Quando se criminaliza o "outro", isto é, um amplo segmento da sociedade civil, defende-se, mais uma vez, a ordem social estabelecida. Assim, as desi-

gualdades sociais podem ser apresentadas como manifestações inequívocas de "fatalidades", "carências", "heranças", quando não "responsabilidades" daqueles que dependem de medidas de assistência, previdência, segurança ou repressão.

Uma parte do pensamento social brasileiro — que funda políticas do poder público e de setores dominantes — implica a criminalização de grupos e classes sociais subalternos. Há conjunturas em que amplos segmentos da sociedade civil são criminalizados em linguagem conspícua, que se apresenta como se fora científica

A Pedagogia do Trabalho

Por muito tempo, a economia primária exportadora esteve em expansão. A cafeicultura era próspera e caminhava por todos os oestes. Simultaneamente, expandia-se o mercado interno. E a indústria já se manifestava. Depois, houve novos e mais fortes surtos de industrialização. Em escala crescente, o capitalismo desenvolvia-se, e continuou a desenvolver-se, de modo extensivo e intensivo, na cidade e no campo. Em diferentes momentos, e em distintas formas, a divisão social do trabalho articula e rearticula atividades produtivas e setores sociais. Aos poucos, desenvolvem-se as classes sociais, de permeio com os grupos raciais, as diversidades regionais.

Formam-se situações e surgem manifestações da problemática social. À medida que se desenvolvem e multiplicam as diversidades sociais, também desenvolvem-se e multiplicam-se as desigualdades e os antagonismos. Em um nível, ocorrem a migração, o desemprego, o subemprego, a marginalização, o pauperismo, a mortalidade infantil etc. Em outro, o movimento social, a reivindicação, o protesto, o saque, a expropriação, a revolta. Aqui e lá manifestam-se os mais diversos problemas sociais. Desde Canudos e Contestado, até às tomas de terras nos dias atuais, da Amazônia ao Sul, são muitas as manifestações dos desencontros que se sintetizam na questão social.

Estão em curso as lutas sociais. As reivindicações e greves, as associações e os sindicatos, os movimentos e os partidos, mostram que a questão social já é uma realidade. As greves na lavoura cafeeira e na indústria ainda incipiente, ao longo da Primeira República, punham em causa as técnicas oligárquicas e patrimoniais de controle e repressão.

Aos poucos, começa-se a equacionar a questão. As exigências da economia, os desenvolvimentos das forças produtivas, as possibilidades da industrialização exigem que as relações de produção sejam formalizadas, institucionalizadas. Desse modo, o trabalho pode atender melhor às exigências do desenvolvimento e diversificação do sistema econômico. "Modernizar" as relações trabalhistas, as condições de oferta e demanda de força de trabalho, pode ser uma exigência do mercado, da grande empresa, da industrialização, do comércio exterior e até mesmo do capital estrangeiro.

Esse o contexto em que alguns intelectuais, políticos, membros de governo e empresários começam a reconhecer a conveniência de equacionar a questão social.

Para Sampaio Dória, o trabalho está no centro da questão social. Podem discutir-se as abordagens, as implicações econômicas e políticas da questão so-

cial, em termos liberais, conservadores, socialistas ou outros. Mas o fundamental é codificar as condições de oferta e demanda de força de trabalho. "É tudo o trabalho. Não como castigo, nem redenção de culpas que lhe não caibam. Mas como condição primeira de saúde e de vida". É esse já um problema fundamental da sociedade brasileira, escrevia ele na década dos 20. Por isso, não há por que negar os problemas sociais compreendidos pelo trabalho social, produtivo. Em lugar de negar que no Brasil haja uma questão social, porque não há "falta de trabalho", ou porque "a Constituição mais liberal do mundo" estaria vigente no país, é indispensável reconhecer que "a questão social é de todos os lugares e de todos os tempos".⁹

José Maria Bello, na década dos 30, retoma o problema com ênfase. Apela para os compromissos sociais da revolução. Lembra a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nos começos do governo Vargas. "Generaliza-se na elite brasileira o pensamento de que o Brasil poderia preparar a própria independência econômica. O proletariado urbano, melhor disciplinando-se, adquire mais nítida consciência dos seus direitos. A "questão social" começa a interessar alguns intelectuais e raros políticos. No Congresso legislativo, surgem as primeiras e tímidas medidas em favor do trabalhador urbano. O proletariado rural é um não valor que não serve sequer para figura de retórica dos demagogos. O "protecionismo" e o "intervencionismo" econômico do Estado brasileiro visam apenas as classes patronais. As condições das maiorias proletárias não o interessam".¹⁰

Roberto Simonsen retoma o tema em outro momento, beneficiando-se da condição de empresário, conselheiro nas esferas do governo e intelectual. Tem clareza sobre as implicações econômicas e políticas da formalização das relações de trabalho, em todos os níveis, da empresa ao poder público, do sindicalismo ao assistencialismo. "O problema social no Brasil, como, de resto, em qualquer nação democrática, é suscetível de plena solução prática sem que os fundamentos tradicionais da ordem pública e política sejam subvertidos, quer pela violência revolucionária, que nada constrói, quer pela ação mistificadora de mitos estranhos à sensibilidade e à formação histórica nacionais. Não há questão social — habitação, alimentação, educação, saúde e outras — cuja solução exija mais do que apenas boa vontade e diligência por parte dos que respondem pela preservação do nosso patrimônio social e histórico".¹¹

Para muitos, a questão social diz respeito ao trabalho produtivo exigido pela economia de mercado, a reprodução progressivamente diversificada do capital. Desde o declínio do regime escravista, começou a redefinição do trabalho, como necessário e produtivo, no sentido de produzir mercadoria e lucro, de ser indispensável à vida do indivíduo e da sociedade. Começou um processo de redefinição ideológica do trabalho braçal, especializado ou não, qualificado ou sem qualificação. Naturalmente sempre priorizando o melhor qualificado, pelas exigências da especialização e da produtividade.

Tratava-se de libertar a força de trabalho e o trabalhador do estigma criado por séculos de escravismo. Por muito tempo, o trabalho braçal foi classificado como atividade inferior, desprezível, de escravo etc. Toda uma cultura se produziu durante a Colônia e o Império, valorizando o senhor, branco, administrador,

proprietário, político, intelectual, bispo, general. Em detrimento do escravo, negro, trabalhador no eito e no ofício, engenho e fazenda, cafezal e moenda.

Ao longo das várias repúblicas, desenvolve-se uma vasta louvação do trabalho, como indispensável à vida do indivíduo, dos negócios e da nação. Desde Joaquim Nabuco, em *O Abolicionismo*, lida-se com esse aspecto da questão social. Além dos governantes e dos porta-vozes dos setores dominantes, nesta ou naquela conjuntura, vários intelectuais dedicam-se a fazer a apologia do trabalho. Os novos tempos exigem a pregação sobre o trabalho, como atividade dignificante. Trata-se de combater a preguiça, leseira, tristeza, luxúria.

Logo após a Abolição, o jornalista francês Max Leclerc colocava o tema que afligia muitos, principalmente aqueles interessados no trabalho produtivo. "A escravidão não perdurou tanto tempo no país sem produzir amargos frutos. É de grande urgência reabilitar o trabalho livre, restaurar a dignidade humana".¹² Já se valorizava bastante a imigração e colonização, não só para substituir o braço escravo, mas também para "dignificar" o trabalho etc.

Rui Barbosa entra nessa campanha em 1919. Começa falando do Jeca Tatu criado por Monteiro Lobato, na crítica ao modo de vida caipira que subsistia no Vale do Paraíba após os tempos de prosperidade cafeeira. Trata-se de exorcizar todo um conjunto de padrões e valores, formas de viver e trabalhar, ainda fortemente influenciados pelo escravismo e pelas economias de subsistência que povoam a sociedade nacional da época. Mas já está em curso a proletarização, o desenvolvimento extensivo e também intensivo do capitalismo no campo e na cidade. Cabe revalorizar o trabalho produtivo. "O trabalho não é castigo: é a santificação das criaturas. Tudo o que nasce do trabalho é bom. Tudo o que se amontoa pelo trabalho é justo. Tudo o que se assenta no trabalho é útil. Por isso, a riqueza, por isso o capital, que emanam do trabalho, são, como ele, providenciais".¹³

Está em curso um processo de beatificação do trabalho, para que ganhe dignidade, a sociedade progrida e o capital se multiplique. Daí o combate sem tréguas à preguiça. "O trabalho é condição de saúde e de vida. O maior castigo da ociosidade é a própria ociosidade".¹⁴

Mário Pinto Serva combate o ufanismo das belezas e riquezas naturais que poderiam induzir à ociosidade. Valoriza "o gênio paulista", que teria inventado a indústria e o trabalho nos novos tempos. Lastima que "o trabalho não é o ideal dos brasileiros. Nós no Brasil acreditamos na existência da riqueza sem trabalho". Mas isso é um grave erro. "Não existe riqueza nacional sem um grande trabalho produtivo". O Brasil deveria superar hábitos bacharelescos, burocráticos e outros, herdados dos tempos do escravismo. "Precisa dedicár-se ao trabalho produtivo".¹⁵

O tema continua em pauta entre intelectuais de várias procedências, políticos profissionais, membros de agências governamentais e lideranças empresariais.

Roberto Campos, senador e constituinte em 1988, não deixou de fazer a apologia do trabalho. Diante das conquistas sociais que se achavam em discussão na Assembléia Constituinte, passou a combatê-las dizendo que se queria "entronizar a preguiça" na Constituição. Argumentou que o país deveria adotar "a

ética do trabalho", como as "nações" da "franja asiática", isto é, Cingapura, Hong-Kong, Taiwan e Coréia do Sul. Teria ocorrido uma espécie de milagre naquela região. "Nada disso é possível, entretanto, sem a ética do trabalho". Mas lastima as conquistas sociais em debate. "E tudo indica que estamos mais preparados para a ética do lazer", ou da "preguiça".¹⁶

Aliás, Ulysses Guimarães, presidente da Assembléia Nacional Constituinte, também se refere ao tema. Ao discursar na solenidade em que promulga a Constituição, falou na miséria, em abstrato. "O inimigo mortal do homem é a miséria". E julgou conveniente valorizar o trabalho, condenando a ociosidade. "A nação repudia a preguiça, a negligência, a inépcia".¹⁷

Sim, a história da questão social no Brasil pode ser vista como a história das formas de trabalho. Com uma reiterada apologia do trabalho. Essa é uma pedagogia antiga, contínua e presente. Em todos os lugares, de modo explícito e difuso, no meio do entretenimento e da forma subliminar, sempre está em curso a pedagogia do trabalho.

A Modernização pelo Alto

Vista em perspectiva histórica ampla, a economia brasileira moderniza-se de modo mais ou menos contínuo, crescente. A despeito dos "ciclos", crises ou fluxos e refluxos, o sistema econômico amplia-se e diversifica-se. De quando em quando, imagina-se que o país alcança os padrões de nações desenvolvidas, que o Brasil se torna potência econômica mundial.

Depois de séculos de economia primária exportadora, de exportação de produtos tropicais, o Brasil ingressa na industrialização substitutiva de importações. Depois de alguns surtos de industrialização reflexa, induzida pelas crises da economia primária exportadora, adotam-se políticas deliberadas, combinando recursos privados e públicos, nacionais e estrangeiros. Industrializam-se a cidade e o campo, as regiões e a nação. Todas as atividades produtivas passam a subordinar-se direta e indiretamente aos movimentos do capital nacional e estrangeiro. A produção de bens de consumo correntes e duráveis e a de bens de produção desenvolve-se em escala ampla. O planejamento governamental e o engajamento do poder público nas atividades produtivas permitem dinamizar a reprodução ampliada do capital. Aos poucos, forma-se uma poderosa aliança entre o grande capital financeiro nacional e estrangeiro com o Estado nacional. Sob vários aspectos, a revolução econômica realiza-se plenamente. Ou a modernização da economia brasileira alcança pleno êxito.

Desde que o poder público foi levado a atuar de modo combinado com o capital privado nacional e estrangeiro, a transformação do sistema econômico foi substancial. "As dimensões da economia brasileira cresceram catorze vezes, entre 1940 e 1980. A produção industrial passou a representar 38% da produção nacional. A exportação exhibe hoje uma pauta diversificada de produtos. A população urbana cresceu vertiginosamente. A economia brasileira hoje é industrializada, moderna, diversificada".¹⁸ Uma modernização bastante influenciada pela capacidade gerencial, tecnologia ou *know-how* provenientes de matrizes e sucursais de empresas multinacionais. E favorecida pela atividade de agências go-

vernamentais brasileiras. Nesse percurso, forma-se uma tecnocracia especializada nos diversos campos de atividades relacionados à gestão das agências e empresas públicas e privadas, nacionais e estrangeiras.

Daí a última onda do ufanismo brasileiro: o Brasil potência. Em vários setores sociais e políticos dominantes, dentro e fora do aparelho estatal, surgem manifestações patrióticas. Essa é a face mais visível do país, segundo alguns. É isto que "revelam os indicadores econômicos": trata-se de "uma moderna sociedade industrial, que já é a oitava economia do mundo ocidental e acusa um extraordinário dinamismo, no curso dos últimos quarenta anos". E essa façanha, em boa parte, é creditada à ditadura militar. "A despeito de suas sérias deficiências, o Estado brasileiro, na década de 1970, tornou-se, indubitavelmente, o mais moderno Estado do 3º Mundo". 19

Entretanto, a própria sociedade moderniza-se pouco. As relações sociais e políticas desenvolvem-se com dificuldade, deparando-se com obstáculos diversos. Além das heranças oligárquicas e patrimoniais, emergem os interesses dominantes aglutinados em diretrizes governamentais. Os movimentos sociais, as organizações sindicais, os partidos políticos e outros espaços de atividades sociais, políticas e culturais sofrem, contínuas injunções de interesses identificados com a "moderna sociedade industrial".

As desigualdades sociais não se reduzem; ao contrário, reiteram-se ou agravam-se. Vários itens da questão social atravessam a história das várias repúblicas: as lutas operárias e camponesas, as reivindicações do movimento negro, o problema indígena, a luta pela terra, a liberdade sindical, o direito de greve, as garantias do emprego, o salário-desemprego, o acesso à saúde, educação, alimentação e habitação. Esses e outros itens aparecem em diversos momentos dessa história. Uma história que se sintetiza nas seguintes palavras: questão social, problema de polícia ou problema político. Uma história que revela a escassa "modernização" alcançada em determinadas esferas da sociedade, enquanto que nas principais esferas da economia tudo parece muito próspero, diversificado e moderno. A mesma fábrica do progresso fabrica a questão social. 20

A rigor, o operário e o camponês são submetidos a uma dupla exploração. Dupla no sentido próprio, de cem por cento mais. São expropriados de modo a garantir os interesses dos setores dominantes na sociedade brasileira. E expropriados de modo a garantir os interesses de setores estrangeiros, com os quais aqueles se acham articulados. E tudo isso é garantido por um aparato bastante modernizado e altamente repressivo; no qual as forças policiais e militares são essenciais, para garantia "da lei e da ordem".

Modernizam-se a economia e o aparelho estatal. Simultaneamente, os problemas sociais e as conquistas políticas revelam-se defasadas. A própria cultura, em sentido lato, também se mostra bloqueada, ou pouco estimulada. A mesma nação industrializada, moderna, conta com situações sociais, políticas e culturais desencontradas.

Talvez se possa dizer que esse desencontro entre a sociedade e a economia seja um dos segredos da prosperidade dos negócios. As expansões do capital beneficiam-se das condições adversas sob as quais os trabalhadores são obrigados a produzir, no campo e na cidade. Os mesmos "indicadores econômicos" da mo-

dernização alimentam-se dos "indicadores sociais" da "sociedade primitiva". Os setores sociais "participantes" têm uma base na exploração dos "excluídos". Em outros termos, a mesma sociedade que fabrica a prosperidade econômica fabrica as desigualdades que constituem a questão social.

NOTAS E REFERÊNCIAS

- 1 João Sayad, "Diretrizes Gerais de Política Econômica", publicação da *Folha de São Paulo*, 18 de maio de 1985, sob o título "Seplan divulga o 4º Plano Nacional de Desenvolvimento".
- 2 Hélio Jaguaribe e outros, *Brasil, 2.000* (Para um pacto social), Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986, p. 187.
- 3 Hélio Jaguaribe, "Brasil, Reforma ou Caos", Fundação Unesp, São Paulo, 1988, mimeo, p. 1.
- 4 Guerreiro Ramos, *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo*, Editorial Andes, Rio de Janeiro, 1954, especialmente "O Problema do Negro na Sociologia Brasileira"; Lúcio Kowarick, *Trabalho e Vadiagem*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1987; Gisálio Cerqueira Filho, *A "Questão Social" no Brasil*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1982.
- 5 Tobias Barreto, *Um Discurso em Mangas de Camisa*, Apresentação de Hermes Lima, Livraria São José, Rio de Janeiro, 1970, p. 20.
- 6 Gilberto Amado, *Grão de Areia e Estudos Brasileiros*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1948, p. 38. Citação do capítulo "As instituições políticas e o meio social no Brasil", texto datado de 1916.
- 7 Hélio Jaguaribe, "Brasil, Reforma ou Caos", citado, pp. 2-3.
- 8 Hélio Jaguaribe e outros, *Brasil, 2.000*, citado, p. 193.
- 9 A. de Sampaio Doria, *A Questão Social*, Off. Graph. Monteiro Lobato & Cia., São Paulo, 1922, pp. 5-6 e 204.
- 10 José Maria Bello, *A Questão Social e a Solução Brasileira*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1936, p. 17.
- 11 Roberto C. Simonsen, *O Problema Social no Brasil*, Imprensa Gráfica Siqueira, São Paulo, 1946, p. 3. Discurso pronunciado na instalação do Conselho Consultivo do Serviço Social da Indústria (SESI).
- 12 Max Leclerc, *Cartas do Brasil*, Tradução de Sérgio Milliet, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1942, p. 90. O livro reúne reportagens publicadas inicialmente em 1889-1890.
- 13 Rui Barbosa, *A Questão Social e Política no Brasil*, Edições da Organizações Simões, Rio de Janeiro, 1951, p. 17.
- 14 A. de Sampaio Doria, *op. cit.*, p. 235.
- 15 Mário Pinto de Andrade, *Pátria Nova*, Companhia Melhoramentos de S. Paulo, São Paulo, 1922, pp. 64-65.
- 16 Roberto Campos, "A Ética da Preguiça", *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 24 de janeiro de 1988, p. 8.
- 17 Ulysses Guimarães, "O Inimigo Mortal do Homem é a Miséria", *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 6 de outubro de 1988, p. 14.
- 18 João Sayad, "Diretrizes Gerais de Política Econômica", citado.
- 19 Hélio Jaguaribe, "Brasil, Reformas ou Caos", citado, pp. 1 e 42.
- 20 Clóvis Moura, *O Negro (De bom Escravo a mau Cidadão?)*, Conquista, Rio de Janeiro, 1977; Eunice Paiva e Carmen Junqueira, *O Estado Contra o Índio*, PUC, São Paulo, 1985; José Albertino Rodrigues, *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*, Difel, São Paulo, 1968; José César Gnaccarini, *Latifúndio e Proletariado*, Editora Polis, S. Paulo, 1980.